

Consenso de Washington: crise do Estado Desenvolvimentista e seus efeitos sociais – um balanço crítico

André Novaes¹

Resumo:

Este artigo propõe fazer um balanço crítico da crise do Estado desenvolvimentista brasileiro e do receituário aplicado para este contexto – o Consenso de Washington. A partir desta política econômica importada, analisaremos, brevemente, seus efeitos sociais no Brasil.

Palavras-chave: Estado desenvolvimentista brasileiro; Consenso de Washington; neoliberalismo.

1. Introdução

O presente artigo visa a realizar uma leitura crítica da crise do Estado desenvolvimentista brasileiro e das propostas oriundas do Consenso de Washington para este cenário, além de examinar as suas consequências sociais no Brasil.

Desta forma, para compreendermos a crise que atingiu esse modelo desenvolvimentista brasileiro na década de 1980, torna-se necessário uma abordagem que aponte para “os anos dourados” do capitalismo, analisados no item dois de nosso trabalho. Este recorte temporal foi importante para a consolidação da industrialização brasileira, através do modelo desenvolvimentista e da expansão das empresas multinacionais pelo globo.

Os anos 1970 compreendem o questionamento do padrão de acumulação fordista-taylorista e do *Welfare State* (Estado do bem-estar social), símbolos destes “anos dourados”, nos países capitalistas centrais. Em relação ao Brasil, nesta época, inicia-se o esgotamento do modelo desenvolvimentista nacional. Tal tema será focado no item três deste artigo.

Por fim, o item quatro tratará dos efeitos sociais do Consenso de Washington, uma vez que a “solução” para essa crise econômica é dada por este Consenso – o receituário neoliberal adotado como “pensamento único”, cujas consequências sociais foram desastrosas.

¹Aluno do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Endereço para contato: andrenovaes_csociais@yahoo.com.br.

2. Um breve balanço histórico: dos anos dourados do capitalismo à crise dos anos 1970

O período, compreendido entre os anos 1950 e meados da década de 1970, foi definido como “os anos dourados” nos países do capitalismo central (Hobsbawm, 2003). O mundo industrial expandiu-se por toda a parte, ou seja, nas regiões capitalistas centrais e periféricas e socialistas. Este contexto caracterizou-se pelo espraiamento do modelo de produção em massa fordista tanto no setor secundário, como em outros setores da economia.

A dominação econômica dos Estados Unidos da América (EUA), fiadores deste sistema que emergiu no pós-2ª Guerra, contribuiu para a estabilização econômica na época. A Conferência de *Bretton Woods*, em 1944, é um dado que consolida a liderança estadunidense no mundo capitalista, alinhavada pelo dólar, o novo padrão monetário internacional.

Hobsbawm (2003) argumenta que uma expansão econômica agressiva estava nos planos da política externa estadunidense. Relacionada a esse aspecto, a guerra fria não deve ser subestimada, ela pode ser abordada como um fator que encorajava a superpotência capitalista a investir em seus futuros competidores (vide o Plano Marshall, para a reconstrução da Europa ocidental, bem como o Plano Colombo, para o Japão). Neste cenário, surge uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) nos países capitalistas periféricos. Há uma instauração de um processo de “modernização” de fora para dentro em suas economias.

Este ambiente supracitado foi possível em função da consolidação de um padrão internacional de poder, que se configura com a importância cada vez maior das corporações transnacionais. Cabe ressaltar a relevância das instituições oriundas de *Bretton Woods*², além da própria Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945, na cidade de San Francisco, EUA.

Vizentini (1999) relata que, durante a década de 1960, a hegemonia estadunidense começou a desgastar-se. O Japão e a Alemanha Ocidental estavam alcançando e ultrapassando os EUA em diversos campos da economia. Este demonstrava dificuldades em desempenhar o papel de “polícia da democracia”. A Guerra do Vietnã trazia sérias consequências econômicas, políticas e sociais. No auge deste conflito, os EUA apresentaram déficits orçamentários e comerciais preocupantes. Em 1971, romperam, unilateralmente, com o sistema fixo de câmbio e com o padrão dólar-ouro, um dos pilares do Acordo de *Bretton Woods*.

²O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), por exemplo.

Os encargos gerados pelas guerras periféricas na economia estadunidense apontavam para um problema estrutural: a gênese de uma crise do modelo de acumulação, pautado no paradigma produtivo fordista e no keynesianismo, cuja questão de fundo, para Harvey (1999), era a “rigidez” nos investimentos em produção em massa (o que dificultava uma flexibilidade no planejamento); nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (estes pautados na força de negociação dos sindicatos); e nos compromissos do Estado keynesianista com programas de assistência social que não encontravam uma expansão na base fiscal para estes gastos públicos.

Outro dado relevante para o quadro de crise que se abate sobre os “anos gloriosos do capitalismo” foi o choque do petróleo em 1973. A Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) aumentou os preços deste insumo, além de os árabes terem decidido pelo embargo à exportação desta matéria-prima para o Ocidente durante a Guerra Árabe-Israelense de 1973.

Para Cano (2000), na década de 1970, a expansão do sistema financeiro internacional foi acelerada tanto pela inflação do período inicial quanto pela “reciclagem” dos petrodólares, que advinham dos significativos aumentos dos preços do petróleo em 1973 e 1979. Simultaneamente, ocorria o esgotamento do padrão do crescimento econômico que a Europa Ocidental e o Japão haviam experimentado desde o pós-2ª Guerra Mundial. Portanto, a acumulação produtiva baixara, enquanto o volume de excedentes financeiros crescia significativamente e a turbulência financeira minava o orçamento público da maioria dos países desenvolvidos, aumentando as suas dívidas públicas.

Assim, no final desta década, como uma solução para a crise do *welfare state*, houve uma restauração dos postulados liberais, sob a “alcinha” *neoliberalismo*, com a emergência, nos EUA, do presidente Ronald Reagan e, no Reino Unido, da 1ª Ministra Margareth Thatcher.

Para Harvey (2008), o termo neoliberalismo é compreendido como uma teoria das práticas político-econômicas que propõem que o bem-estar humano deve se assentar nas liberdades e capacidades empreendedoras individuais, com uma intervenção mínima do Estado nestes assuntos. Os direitos à propriedade privada e livres mercados são cruciais, o que cabe ao Estado garanti-los, nem que seja pela utilização do monopólio da coação física, nos termos de Weber (2004).

Também são funções do Estado neste postulado a qualidade e a integridade da moeda. Além disso, se não existirem mercados em setores como a terra, a água, a instrução, a saúde, a segurança social ou até a poluição ambiental, estes devem ser criados pela ação estatal³. Cabe

³Para um aprofundamento histórico do neoliberalismo, vide Anderson (1998).

ressaltar que o país que se tornou pioneiro na implementação deste receituário neoliberal foi o Chile, sob o governo do ditador Augusto Pinochet, na década de 1970.

3. Do Estado desenvolvimentista brasileiro ao Consenso de Washington

Em relação à América Latina, conforme Cano (2000), o período pós-2ª Guerra Mundial caracteriza-se pelo fortalecimento do ideal desenvolvimentista, com a propagação dos postulados da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Planejamento, industrialização e desenvolvimento para este subcontinente, consoante Fiori (1995). Neste contexto histórico-geográfico da liderança estadunidense no mundo capitalista, o *Brasil* orbitou em torno da hegemonia deste poderoso vizinho como um fiel aliado no confronto contra o bloco soviético.

No que se refere à década de 1950, conforme salienta Mendonça (1998), as transformações pelas quais passou a economia brasileira no governo Juscelino Kubitschek (JK) operaram uma ruptura quase total com a orientação econômica anterior, em dois níveis, a saber: na redefinição do novo setor industrial a ser privilegiado pelo Estado (automóveis, eletrodomésticos, etc.) e, também, nas novas estratégias para o financiamento da industrialização brasileira, internacionalizando-a.

De acordo com Brum (2003), o governo JK, além de ampliar a atividade do Estado na área econômica, defendia uma postura favorável à entrada de investimentos externos, oferecendo estímulos e facilidades. Estimulava o ingresso destes investimentos nos setores produtivos de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc), atraindo empresas multinacionais.

A política econômica de JK estava voltada para a consolidação da industrialização brasileira. Para tanto, o governo buscava congrega a iniciativa privada aliada ao capital e à tecnologia externa, com a intervenção do Estado, atuando como planejador, orientando os investimentos.

Segundo Becker & Egler (1998), as alterações na DIT, com a recuperação da economia da Europa Ocidental, em decorrência dos grandes investimentos estadunidenses, foram importantes para a industrialização brasileira e a de outros países periféricos.

Desta forma, estruturaram-se as bases para o modelo do “tripé” industrial brasileiro: o capital privado nacional, produzindo bens não duráveis; o capital estrangeiro, dominando a produção de bens duráveis; e o capital estatal, atuando na esfera dos bens de produção, sob a égide do Plano de Metas.

O novo modelo de política econômica levou a uma concentração de capitais e firmas, gerou inflação e dívida externa, bem como concentração e crescente poder da burocracia. Todos esses fatores negativos surgiram na administração JK, mas só “explodiram” posteriormente. A crise econômica veio à tona em 1962 e foi agravada pela crise política que levou à renúncia o presidente Jânio Quadros, eleito em 1960. Em 1964, os militares deram um golpe de Estado no presidente João Goulart. Contudo, até 1968, foram incapazes de lograr êxito em termos de uma recuperação econômica (Becker & Egler, 1998).

Sob o aspecto econômico, o golpe de 1964, para Mendonça (1998), não representou nenhuma ruptura com o modelo de acumulação anterior. Ele garantiu a consolidação do modelo implantado nos anos 1950, aperfeiçoando-o. Em face deste contexto, a política econômica do novo governo buscou dois pressupostos, a saber: a recriação das condições para o financiamento das inversões necessárias à retomada da expansão capitalista e o fornecimento das bases institucionais do processo de concentração oligopolística, que até aquele momento, vinha ocorrendo caoticamente.

Assim, esta “modernização autoritária” apoiou-se na compressão salarial e na expansão dos capitais multinacional, nacional e estatal, consolidando a “tríplice aliança” (Becker & Egler, 1998). Mendonça (1998) relata que, entre os anos 1968-1974, ocorreu o chamado “milagre econômico” brasileiro.

Esse período caracterizou-se pelo fato da economia brasileira ter sido favorecida por vários fatores e circunstâncias, dentre eles: um clima favorável aos investimentos econômicos; estabilidade sócio-política, embora sob a égide de um governo autoritário; uma mão-de-obra relativamente barata e “disciplinada”; e uma conjuntura internacional com disponibilidade de capitais e créditos (Brum, 2003). Graças a tal contexto, houve um crescimento acelerado (taxas de 9% a 10% ao ano), enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos. Cabe ressaltar que todo esse cenário deu-se a troco de um alto custo social.

Essa fase de crescimento econômico foi interrompida quando a crise do choque do petróleo, em 1973, descortinou a realidade do “milagre econômico” brasileiro, apresentando as contradições deste modelo econômico, como o endividamento e o esgotamento do fôlego do Estado na manutenção do ritmo do crescimento⁴.

Portanto, os anos 1970 marcam a gênese da crise do Estado desenvolvimentista brasileiro (e também demais países da América Latina) que culmina, na década seguinte, na crítica do esgotamento desta política econômica. Apesar disto, o Brasil avançou em seu processo de industrialização, iniciado nos anos 1950-60, complementando a sua matriz

⁴Conferir Mendonça (1998) para uma análise mais detalhada da crise do “milagre econômico” brasileiro.

industrial com a produção de bens de capital e dos insumos necessários ao funcionamento de sua economia (Fiori, 2003).

O preço a ser pago pelo Brasil para a consolidação de sua política desenvolvimentista foi o endividamento externo, que extrapolou as possibilidades da balança de pagamentos, acarretando o estrangulamento do seu crescimento econômico. E isso acontece, justamente, no momento em que a economia brasileira foi submetida, no final dos anos 1970 e início da década seguinte, a quatro “choques” econômicos, a saber: 1) elevação das taxas de juros internacionais; 2) recessão na economia mundial; 3) deterioração dos termos de troca e 4) interrupção do financiamento externo depois da moratória mexicana (Fiori, 2003).

Fiori (2003) argumenta que os fatores supracitados submeteram a economia brasileira a uma grande crise da balança de pagamentos, obrigando os governos dos anos 1980 a fazerem uma política econômica de incentivos à exportação e, por outro lado, a controlarem as importações. Tais ações visavam a dar conta dos serviços da dívida externa. Como produto deste processo, o Brasil entrou numa recessão que levou à redução a sua taxa média de crescimento juntamente com várias desvalorizações cambiais e uma enorme aceleração da inflação.

Na América Latina, na segunda metade dos anos 1980, como uma resposta à crise econômica pela qual algumas nações deste subcontinente passavam por conta da política econômica desenvolvimentista, o *ideário neoliberal* foi disseminado pelos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID). Isso ocorre num quadro de renegociação das dívidas externas destas nações que, como receituário, deveriam desregular mercados, abrir suas economias, implementar práticas não-intervencionistas, bem como abdicar de todo o projeto de cunho nacionalista-desenvolvimentista (Fiori, 2003).

Quanto a este receituário “prescrito” por estes organismos financeiros, o símbolo de tais políticas liberalizantes foi definido como *Consenso de Washington*. De acordo com Batista (1995), em novembro de 1989, reuniram-se, em Washington (capital estadunidense), funcionários do governo dos EUA, do FMI, do Banco Mundial e do BID para avaliarem as reformas econômicas promovidas na área.

O resultado destas análises foi o reconhecimento da “excelência” das reformas até então promovidas na região (com exceção do *Brasil* e do Peru). Foi referendada, sob a tutela do governo dos EUA, a recomendação da implantação das políticas neoliberais como condição para conceder “cooperação” financeira externa, bilateral ou multilateral.

Assim, as propostas do Consenso foram disseminadas por toda a América Latina e tornaram-se, por parte dos políticos, empresariado e intelectuais regionais, o “sinônimo de modernidade” (Batista, 1995). É exemplo da internalização deste ideário neoliberal a proposta da Federação das Indústrias do Estado São Paulo – FIESP (defendida pelo Banco Mundial): “(...) que a inserção internacional de nosso país fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação (...) uma sugestão de volta ao passado, inversão do processo nacional de industrialização”⁵.

Consoante Batista (1995), houve uma inversão da causa da grave crise econômica que a América Latina enfrentava, ou seja: a alta dos preços do petróleo, as altas taxas internacionais de juros, e a deterioração dos termos de intercâmbio eram resultantes de problemas internos (políticas nacionalistas equivocadas, autoritarismo, etc.) e não de fatores externos. Desta forma, as propostas apresentadas pelo Consenso de Washington eram vistas como a “solução modernizadora” para o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas.

Foi muito importante para a assimilação destes pressupostos neoliberais a ação de economistas e cientistas políticos latino-americanos formados em universidades estadunidenses. Além destes intelectuais orgânicos, fundações estrangeiras, organismos internacionais e a imprensa também cooperaram para a absorção destas teses neoliberais.

Podemos, então, resumir as propostas do Consenso de Washington, por intermédio de dez medidas⁶, a saber:

1. *Ajuste fiscal*: o Estado limita seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público.
2. *Redução do tamanho do Estado*: limitação da intervenção do Estado na economia e redefinição de seu papel, com o enxugamento da máquina pública.
3. *Privatização*: o Estado vende empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e de implementar políticas sociais.
4. *Abertura comercial*: redução das alíquotas de importação. Estímulo ao intercâmbio comercial, de forma a ampliar as exportações e impulsionar o processo de globalização da economia.
5. *Fim das restrições ao capital externo*.

⁵(Batista, 1995: 101).

⁶ Cabe ressaltar que estas medidas foram extraídas do “Decálogo do Consenso” (Batista *et al.*, 1995).

6. *Abertura financeira*: fim das restrições para que instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condição com as do país. Redução da presença do Estado no seguimento.

7. *Desregulamentação*: Redução das regras governamentais para o funcionamento da economia.

8. *Reestruturação do sistema previdenciário*.

9. *Investimento em infra-estrutura básica*.

10. *Fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas*.

Na época da gestação deste Consenso neoliberal, o Chile servia como “paradigma”, uma vez que foi o país pioneiro, no subcontinente, na implementação de políticas neoliberais⁷. Assim, o Consenso de Washington, por meio da aplicabilidade deste receituário nos países latino-americanos, afirmava sobre a “governabilidade” – instaurar, nestes países, assolados por uma profunda crise econômica, condições de restabelecimento de seus mercados, principalmente...

Na gestão Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Brasil investe num alinhamento com os EUA e num projeto de globalização liberal, acatando, conforme Fiori (2003), a internacionalização dos centros de decisão brasileiros e a fragilização estatal, em troca de um projeto de governança global rigorosamente utópico. Por conta desta escolha, houve o abandono de um modelo desenvolvimentista, optando-se pelas políticas econômicas ortodoxas e pelo livre-cambismo do século XIX.

Desta forma, no governo FHC, aprofundou-se o projeto neoliberal do governo Collor, interrompido pelo seu *impeachment*. O frango e o vinho importados baratos, o acesso ao automóvel, o turismo fácil a Miami (conquistados pela política econômica à custa do desemprego e da sangria programada de divisas) foram propagandas que demonstravam o “sucesso” do Plano Real (Cano, 2000).

Entretanto, para implementar, de modo mais contundente, a inserção do Brasil na “modernidade” eram “necessários” a abertura comercial e financeira da nação ao capital internacional, a flexibilização das leis trabalhistas, o enxugamento do Estado via privatizações, demissões voluntárias, etc. O discurso tinha como meta “o fim da era Vargas”, um evidente abandono da política desenvolvimentista-nacionalista. Para Cano (2000), tanto na campanha quanto em seu mandato, FHC teve o apoio crucial da mídia, em que o aplauso (e a omissão) predominou, e a crítica tornou-se rara.

⁷ Com relação ao Chile e seu ingresso no ideário neoliberal, vide Cano (2000).

4. Os efeitos sociais do Consenso de Washington

Os países que foram os bastiões do neoliberalismo, isto é, Inglaterra e EUA, segundo Barbosa (2004), experimentaram o modelo de supressão das conquistas trabalhistas como terapêutica contra o desemprego. Os desempregados e empregados, precariamente e parcialmente, atingiram mais de 45% da População Economicamente Ativa (PEA).

De acordo com o relatório de junho de 2003 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estimou-se, aproximadamente, 180 milhões de desempregados no mundo (atualmente, um pouco menos do que a população do Brasil...). Na América Latina, a taxa de desemprego atingiu cerca de 10% da PEA, enquanto, na África, foram 15%. Todavia, entre os que trabalhavam, existia pelo menos 1 bilhão no subemprego ou no trabalho parcial. Lançando mão ainda deste relatório, metade da população do planeta vivia em condições de pobreza, em outros termos, que sobreviviam com menos de US\$ 2,00 por dia.

Outra informação preocupante, disponibilizada pela OIT, refere-se à ampliação da desigualdade social na escala global. Consoante esta organização, a diferença entre os mais pobres e os mais ricos era de 30 para 1 em 1960. Já em 1999, estes dados alcançaram o patamar preocupante de 74 para 1.

Embora a concentração da pobreza se localize sobretudo nas latitudes dos países periféricos do capitalismo, as desigualdades sociais avançam no centro deste sistema. De acordo com Barbosa (2004), nos 20 países mais industrializados do globo, cerca de 10% da população insere-se nos baixos índices de precariedade do trabalho e de condições de pobreza, delimitando indivíduos e grupos sociais que são tidos como (moralmente e socialmente) supérfluos/descartáveis... São as “vidas desperdiçadas”, nos termos de Bauman (2005).

Em relação ao Brasil, sobre esse prisma da questão social, Barbosa (2004) discorre sobre o fato de que cerca de 400 mil famílias, pouco mais de 1,5 milhões de pessoas, controlam 20% da renda nacional e mais da metade de todo o estoque de riquezas (bens, propriedades, serviços etc.). Isso corresponde a uma renda anual de US\$ 160 bilhões (uma renda média de US\$ 400 mil) e a uma riqueza de US\$ 1,1 trilhão (riqueza familiar média de US\$ 2,7 milhões).

Por outro lado, 99 % da população brasileira – cerca de 39,6 milhões de famílias ou 158 milhões de pessoas – responde por uma renda familiar anual média de US\$ 16.000 e uma riqueza familiar média de US\$ 24.000. Tais dados mostram-nos que a riqueza média de 15% da população é 110 vezes maior do que a riqueza do restante da população brasileira.

Netto (2000) afirma que não se pode condenar FHC pelas inúmeras mazelas sociais que foram construídas no Brasil ao longo de sua história. Nos anos da ditadura militar, frações da

burguesia aliadas às corporações transnacionais conduziram o país para os interesses do grande capital, aprofundando mais ainda a assimetria social, tão crítica desta nação “deitada eternamente em berço esplêndido”, a ponto de Hobsbawm (2003) definir o Brasil como um “monumento de injustiça social”.

Segundo Netto (2000), a Constituição promulgada em 1988 (a chamada “Constituição cidadã”) apontava, pela primeira vez na história brasileira, para um “Estado de bem-estar social”, ainda que tardio historicamente. No entanto, enquanto que, no Brasil, caminhava-se para a configuração de mecanismos que visavam à conquista de direitos sociais, na escala global, o contexto geopolítico de então disseminava a instauração de políticas macroeconômicas que, justamente, caminhavam para um sentido contrário: a *ideologia neoliberal*, que postulava a desregulamentação, a flexibilização, a privatização, etc., fatores ligados aos processos de globalização em curso, sob o comando do grande capital.

Em face ao quadro em tela, houve uma grande dificuldade de serem levadas adiante as políticas sociais publicadas na Constituição de 1988, em meio à onda neoliberal propalada pelas frações da burguesia nacional e internacional, interessadas na implantação deste receituário. Portanto, levar à prática o pacto social de Carta de 1988 significaria, no plano econômico, a redução das taxas de exploração sobre a classe trabalhadora e, no plano político, a construção de ações democráticas de controle social capazes de oporem-se à manipulação política.

Nesse embate entre a concretização das políticas sociais da Constituição de 1988 e os interesses de setores ligados às frações da burguesia e do grande capital, esses segmentos de classe saíram na frente com a eleição de Fernando Collor em 1989. Contudo, Fernando Collor foi impedido de dar prosseguimento ao decálogo do Consenso de Washington. Coube, então, a FHC a condução das “políticas modernizadoras” de inserção do Brasil nos processos de globalização; abandonando, definitivamente, o modelo nacional-desenvolvimentista de outrora.

Segundo Netto (2000), para, colocar efetivamente em prática as ações contrárias à Carta de 1988 no plano social, em termos jurídicos, FHC procurou reformular a Constituição de 1988, buscando “modernizá-la”. No plano econômico, FHC, em nome da “modernidade”, abriu o mercado brasileiro de bens e serviços ao capital internacional. Além disso, diminuiu o papel do Estado como agente empresarial (o fim da era Vargas...), privatizando o patrimônio público.

Em nome do “ajuste estrutural/fiscal”, ele reduziu os fundos públicos para o financiamento das políticas sociais orientadas para a classe trabalhadora. Os direitos sociais inscritos na Carta de 1988 e, particularmente, as políticas universais, consideradas “dispendiosas”, vão sendo mitigados em troca de políticas pontuais, baratas e, sobretudo,

flexíveis. Tais ações paliativas podem ser implantadas e retiradas quando convier, sem o amparo constitucional. Para Gimenez (2007), este ambiente acena para o fato de ser um processo de adequação da política social à ideologia do pensamento único neoliberal.

Consolidado o mecanismo da reeleição, por intermédio de sua base aliada e também com o beneplácito da mídia, FHC deu prosseguimento ao aprofundamento das receitas do Consenso de Washington, favorecendo a fração de classe ligada ao setor financeiro. Exemplos disso foram as taxas de juros absurdas e a gestão do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional).

De acordo com Netto (2000), os direitos sociais foram o grande vilão a ser combatido na gestão FHC. Estes – ora definidos como “privilégios”, ora como “injustiças” ou até como “financeiramente insustentáveis” – foram alvo de ataques em todas as latitudes em que o ideário neoliberal foi pregado. Aqui, FHC vinculou a “governabilidade da nação” à flexibilização destas conquistas.

Ao longo dos quatro primeiros anos do governo FHC, os gastos canalizados para as políticas sociais foram contidos. Citamos, como exemplos de políticas neoliberais de FHC, a educação e a previdência social. No que se refere aos recursos destinados à educação, houve uma redução de 19,57%, em 1995 para cerca de 8,02%, em 1998. Consoante Netto (2000), em vários programas educacionais, os cortes foram significativos⁸.

A conclusão das ações, no plano das políticas educacionais, é o sucateamento da educação em todos os seus níveis de ensino. Cabe ressaltar que a educação e o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), num contexto pautado pela 3ª Revolução Industrial, tornam-se elementos primordiais para qualquer projeto de nação. Sobre esse cenário, Coraggio (2003) argumenta que há um reducionismo economicista no que toca à educação, por parte do Banco Mundial, na formulação de políticas educacionais para a América latina, inclusive para o Brasil.

Tal perspectiva cai num viés economista neoclássico (apoiado pela retórica neoliberal), o que opera uma inversão de valores: uma visão da escola como uma empresa, introduzindo concepções do mercado capitalista na esfera da educação e da cultura. Todavia, a educação e a formação da cidadania são elementos que vão muito além do que um simples cálculo econométrico: trazem benefícios econômicos e, principalmente, sociais para uma nação.

⁸“(…) No programa ‘Educação de crianças de 0 a 6 anos’, o corte, entre 1995 e 1998, foi de 17,74%; No programa ‘Ensino médio’, ao longo do primeiro governo FHC, o corte foi de 31,51%; No programa ‘Ensino superior, o corte, entre 1995 e 1998, chegou a 28,7% (aqui, os dois subprogramas, ‘Ensino de graduação’ e ‘Ensino de pós-graduação’, também foram objetos de cortes); No programa ‘Ensino supletivo’, o corte, no primeiro governo FHC, foi da ordem de 82,17%” (Netto, 2000: 82).

Quanto à previdência social, Vianna (2000) expõe o fato de que o termo “Seguridade” englobava as áreas de Previdência, Saúde e Assistência Social. Nos anos 1990, tais setores foram descentralizados em diferentes ministérios, bem como suas respectivas receitas estipuladas separadamente⁹. Collor transformou o antigo INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) em INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), reconduzindo o mesmo ao âmbito do Ministério do Trabalho, fato esse que causou um retrocesso em relação à construção de um sistema de proteção social.

Além disso, ocorreu o ataque tecnocrático-político-ideológico de que a Seguridade Social era um “elefante branco”, ou seja, de que a previdência devia ser reformada uma vez que é algo indispensável para a “estabilidade econômica do país”. Para Vianna (2000), o discurso que defende a tese desta “reforma estrutural” está despolitizado. Este enfoque cerca-se de um postulado que apresenta relações numéricas, simulações, variáveis organizacionais, etc. Segundo essa autora, palavras como “eficiência”, “custo” e “capitalização” entram em cena, substituindo outras que remetem a noções não-quantificáveis, cujo pano de fundo se associava à proteção, a saber: integração social; solidariedade; e bem-estar.

Além de um conteúdo despolitizador, a retórica neoliberal afirma que a Seguridade Social é um paciente em estado grave, sem solução de cura. Por trás deste discurso, há uma “naturalização” de processos sociais na economia. Percebe-se que esta retórica catastrófica esvazia uma atribuição pública para a esfera privada.

A indústria da seguridade social, composta por seguradoras, bancos e fundos de pensão, constitui – juntamente com os planos de saúde, medicina de grupo, etc – um *lobby* cujo interesse consiste no sucateamento da saúde pública, bem como no enxugamento da previdência. A propalada “reforma da previdência” aponta para esse quadro. Então, esta reforma seria a solução para este problema, já que há um “rombo previdenciário”.

Acrescenta-se a esse cenário o questionado poder regulatório do Estado sobre os seguros privados, por exemplo. Há numerosas restrições feitas por esse setor a determinadas clientelas (os mais idosos, por exemplo) e a patologias que não dão lucro.

Para Noronha e Soares (2001), as políticas sociais e de saúde perderam o seu conteúdo integrador nos anos 1990, na escala nacional até a escala local. Tais políticas caíram numa “visão focalista” em que o “local” é privilegiado como a única escala capaz de responder,

⁹“(…) Os gastos federais com assistência social e previdência social, que se comparam à sua execução em relação aos totais da receita tributária, foram regularmente reduzidos durante o primeiro governo FHC. Em 1995, o gasto público federal nestas áreas equivaleu a 43,4% da receita; em 1996, caiu para 40,1%; em 1997, o gasto autorizado chegava a 39,9% e, na proposta orçamentária de 1998, bateu nos 39,1%.” (ibid., p. 84).

eficientemente, às demandas da população. Isso aponta para uma visão “comunitária” em que pessoas e famílias passam a ser as responsáveis últimas por sua saúde e bem-estar.

Podemos mencionar, também, o discurso das “cooperativas de saúde” que traz, no seu bojo, uma política de introdução de uma lógica mercantil no seio do serviço público. Sob o argumento da “flexibilização” e da “desregulamentação” das relações laborais, isso gera um total descompromisso deste serviço com a população atendida. Para Noronha e Soares (2001), existe uma camuflagem da precariedade dos contratos de trabalho e da evasão fiscal para o não-recolhimento de contribuições fiscais.

5. Não concluindo...

Desta forma, a retórica da “entrada na modernidade”, tão divulgada pelos defensores da abertura indiscriminada de nossa economia, redundou num desastre em termos do custo social que foi pago para a “compra deste bilhete”. A adoção do receituário oriundo do Consenso de Washington coloca, num primeiro plano, a abdicação de um projeto de nação; isto é, o “desmonte da nação”, sob a tutela da forte retórica que aponta para um “único caminho”. Ainda que se tenha estabelecido o mito de que a adoção deste ideário neoliberal nos conduziria ao “caminho da modernidade”, os desastrosos resultados deste Consenso, concretamente, demonstraram o inverso.

Nós mesmos, como América Latina, como nação, devemos construir o nosso Consenso, a nossa agenda, o nosso caminho. A constatação imediata que resultou da adoção do Consenso de Washington é que nenhum país pode decidir se alienar completamente da condução dos seus destinos.

Portanto, o que procuramos denotar, neste texto, foi o fato de que o Consenso de Washington teve como cerne a soberania absoluta do mercado em detrimento de um projeto de nação. Em nome de uma retórica do “ajuste estrutural”, da redução do Estado, milhões de pessoas foram alijadas de funções essenciais. No entanto, cabe ao Estado, e não à “mão invisível” do mercado, incentivar o desenvolvimento, promover o pleno emprego e a justiça social. O modelo ortodoxo do *laissez-faire* deste Consenso neoliberal reduz o Estado à função restrita de mantenedor da “lei e da ordem”. Em outras palavras, cabe ao mesmo o zelo pela “santidade dos contratos e da propriedade privada dos meios de produção”.

O Consenso de Washington visou, plenamente, a estabelecer a política das “portas abertas às nações amigas”, tão conhecida em nossa história. Em nome das “leis mercadológicas”, foram suprimidos os direitos de milhões de pessoas às políticas que

priorizavam a saúde, a educação, o emprego... O que necessitamos, enquanto nação, é de um Consenso estabelecido aqui; fruto de um grande concerto. Necessitamos de um projeto de nação que ofereça condições para que o Brasil seja um país que acerte sua dívida social com seus filhos no presente e construa uma nação mais justa e promissora para as futuras gerações.

Bibliografia:

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 4ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

BARBOSA, J. L. Globalização e espaços da desigualdade. In: *Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo, Max Limonad, 2004.

BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P. N. et al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. 3ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

BECKER B. K. & EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

BRUM, A. J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 23ª ed. Petrópolis/Ijuí, Vozes/Unijuí, 2003.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo, Unesp, 2000.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMASI, L. et al (orgs.) *O Branco Mundial e as políticas educacionais*. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

FIORI, J. L. *O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1995.

_____. O Brasil na mudança mundial: espaços em disputa. In: *Brasil em Desenvolvimento: Ciclos de Seminários IE-UFRJ/CEPAL*. Rio de Janeiro, 2003.

GIMENEZ, D. M. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP. Tese de Doutorado, 2007.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 8ª ed. São Paulo, Loyola, 1999.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2008.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

MENDONÇA, S. R. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1998.

NETTO, J. P. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (org.) *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, 3ª ed. Vozes, 2000.

NORONHA, J. C. & SOARES, L. T. A política de saúde no Brasil nos anos 90. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6 (2): 445-450, 2001.

VIANNA, M. L. T. W. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAUPIN, I. (org.) *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, 3ª ed. Vozes, 2000.

VIZENTINI, P. F. *Dez anos que abalaram o século XX*. Porto Alegre, Novo Século, 1999.

WEBER, M. *Economia e sociedade vol. 1*. 4ª ed. Brasília, UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.